BOLETIM informativo

SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ · FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ · SINDICATO RURAL

Ano XXVI
nº 1140
13 a 19 de junho de 2011

Tiragem desta edição:
24.000 exemplares

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

Mala Direta Postal
1000015118-8/2006-DR/PR
FAEP
CORREIOS

As novidades do Plano Agrícola e Pecuário 2011/12

Dia 15 de junho começa o Vazio Sanitário

ÍNDICE

2 Crédito
R$ 107 bilhões

8 Glifosato
A briga pelo mercado

10 Opinião
Os criminosos...

11 Ministra
Gleisi na Casa Civil

12 Viagem Técnica
A terceira visita

15 Opinião
Trabalhador Rural

16 Vazio Sanitário
Alerta: começa dia 15 de junho

18 Via Rápida
O diamante, Nero, Loira, Diabo, Conselho de papai, a Grana Nacional e Mãe é mãe

20 Cursos
Desenvolvimento comportamento, Mulher atual, Trator, Agricultores, Mulheres empreendedoras e Árgila

22 Anvisa
Consulta pública

23 Notas
CSAs e Orgânicos

Plano Agrícola

Conheça as mudanças do Crédito Rural. Banco Central edita medidas e técnicos da FAEP comentam

O Banco Central (BC) editou resoluções mudando o Manual do Crédito Rural. O lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 está previsto para até 17 de junho e as medidas entram em vigor a partir de 1º de julho. O governo já anunciou aumento no montante total de recursos para R$ 107 bilhões, contra R$ 100 bilhões da safra anterior e redução do preço mínimo do feijão e aumento do leite e da mandioca.

As resoluções do BC trazem as seguintes mudanças:

- **CUSTEIO:** o limite de custeio foi fixado em R$ 650 mil para cada tomador, em cada safra, diferente do limite anterior que variava de R$ 200 mil a R$ 650 mil conforme a cultura. Veja o quadro comparativo abaixo:

SAFRA	CUSTEIO - LIMITES
2010/2011 LIMITES POR CULTURA	R$ 650 mil para: algodão, frutas ou milho, ou para lavouras irrigadas de arroz, feijão, mandioca, soja, sorgo ou trigo;
	R$ 500 mil para: amendoim ou café ou para lavouras irrigadas de arroz, feijão, mandioca, soja, sorgo ou trigo;
	R$ 275 mil para cana-de-açúcar, pecuária bovina e bubalina leiteira ou de corte, e para avicultura e suinocultora exploradas em sistemas que não o de parceria.
	R$ 200 mil para os demais custeios
Mudanças **2011/2012** LIMITE POR TOMADOR	R$ 650 mil para cada tomador, em cada safra

- A nova regra para o custeio simplifica o limite total que pode ser retirado por tomador, fixando-o em R$ 650 mil e permitindo ampliação no valor de con-

e Pecuário 2011/12

Arquivo

trato para culturas que tinham limites menores, como era o caso da cana-de-açúcar, pecuária e dos demais custeios.

- No entanto, a nova regra é prejudicial para médios e grandes produtores de grãos que utilizavam valores superiores a R$ 650 mil do crédito oficial a 6,75% ao ano. Na regra anterior o produtor podia obter financiamento dos grãos e os valores de financiamento de custeio de milho não eram computados para os limites previstos. Essa regra foi revogada com a unificação do limite em R$650 mil.

Preços mínimos

Em relação à Política de Garantia de Preços Mínimos, que estabelecem parâmetros para os mecanismos de apoio à comercialização do governo federal, tais como as Aquisições do Governo Federal (AGF) e o Prêmio de Escoamento do Produto (PEP), foi reduzido o preço mínimo do feijão em 10%, ficando em R$72,00/saca de 60kg, mas em contrapartida se elevou o preço mínimo do leite em 7,4%,e da raiz de mandioca 21,0%, indo a R$ 134,10 e também foi criado o valor de referência para a cultura da laranja em R$ 11,80/caixa de 40,80 kg. Foi mantido o preço mínimo do milho em R$17,46/saca.

- **CUSTEIO PARA AVICULTURA E SUINOCULTURA EM REGIME DE PARCERIA:** limitados ao valor do orçamento, plano ou projeto ou ao resultado da multiplicação do número de parceiros criadores participantes do empreendimento assistido por R$ 70 mil, o que for menor. Anteriormente o limite era de R$ 45 mil para aves em geral e R$ 65 para suinocultura.

CONSELEITE E CONSECANA

INVESTIMENTOS COM RECURSOS OBRIGATÓRIOS: Limite foi ampliado de R$ 200 mil para R$ 300 mil.

CANA-DE-AÇÚCAR: Estabelecido limite diferenciado para investimentos com recursos obrigatórios para: fundação ou ampliação de lavouras de cana, compreendendo os trabalhos preliminares, o plantio e os tratos subsequentes até a primeira safra, renovação de lavouras de cana em áreas antes ocupadas por canaviais com ciclo produtivo esgotado (cana-planta, soca e ressoca), compreendendo todos os gastos necessários até a primeira safra. Limite de crédito: até R$ 1 milhão por beneficiário, por ano safra. Prazo de reembolso: até 5 anos com até 18 meses de carência.

BOVINOCULTURA: Criado limite de crédito para investimento de R$ 750 mil por beneficiário para aquisição de reprodutores e matrizes bovinas e bubalinas. Prazo de reembolso: até 5 anos com até 18 meses de carência.

PRONAMP PARA CUSTEIO E INVESTIMENTO AO MÉDIO PRODUTOR: No Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP) a renda bruta de enquadramento no programa foi ampliada de R$ 500 mil para R$ 700 mil e o limite de custeio de R$ 275 mil para R$ 400 mil. No caso de investimentos o limite passou de R$ 200 mil para R$ 300 mil.

MODERAGRO: Elevado o limite por beneficiário de R$ 300 mil para R$ 600 mil e no empreendimento coletivo de R$ 900 mil para R$ 1,2 milhão. Elevou também o prazo de pagamento de 8 anos para até 10 anos, com 3 anos de carência.

MODERINFRA: Reduz o volume total de recursos a serem aplicados para R$ 900 milhões. A programação anterior de recursos era de R$ 1 bilhão. Inclui a possibilidade de financiamento de galpão para guarda e conservação de máquinas, implementos agrícolas e insumos.

MODERFROTA: Eleva o limite de crédito de 90% para 100% do valor dos bens objeto do financiamento.

ABC: Passou a financiar os itens dos programas Propflora e do Produsa, os quais foram incorporados ao Agricultura de Baixo Carbono (ABC),e passam a ter as mesmas taxas de juros de 5,5% ao ano.

Arquivo

Avaliação da FAEP

Por Pedro Loyola e Tânia Moreira, economistas do DTE da FAEP

As medidas editadas até o momento trazem boas e más notícias aos produtores e algumas preocupações. No Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), o aumento da renda bruta para enquadramento dos produtores, de 500 para 700 mil por produtor e dos limites de financiamento de custeio e investimento por produtor foram um bom avanço.

O ideal é que não existissem limites oficiais para financiamento por produtor, os quais seriam definidos pelos agentes financeiros baseados na capacidade de pagamento e da viabilidade dos projetos e dos empreendimentos globais dos produtores. Porém, o Brasil ainda está longe desse ideal, devido às restrições orçamentárias do governo federal e porque a agropecuária ainda não é vista como um setor estratégico.

O aumento no montante total de recursos para R$ 107 bilhões foi tímido e apenas repõe a inflação do período, ficando aquém dos R$ 120 bilhões solicitados pelo setor produtivo e do objetivo do próprio governo de estimular o produtor a acessar mais crédito.

A maior preocupação fica por conta da diminuição dos limites de financiamento por safra em R$ 650 mil para os produtores de grãos. O governo precisa rever essa medida rapidamente para evitar o aumento de custo financeiro para os produtores. Outra medida que desestimula a produção foi a redução dos preços mínimos do feijão em 10%. Quando o governo adotou essa medida para o trigo, a resposta do produtor foi com a redução de área. Além disso, o governo deveria ajustar o preço mínimo do arroz, que está defasado do custo de produção, mas não o fez.

Fernando Santos

Outras preocupações

O governo terá de dispor de recursos para a equalização das taxas de juros, para fazer frente ao aumento dos limites. Em anos de restrição orçamentária e cortes nos gastos da União, como está sendo 2011 como o seguro rural, aliado a aumento da demanda por crédito, pode significar o retorno de oferta de financiamentos com "mix" de juros. Parte dos recursos com juros oficiais e parte com juros livres de mercado, esses últimos inviáveis para as atividades agropecuárias.

Também foi anunciado bônus de 15% no limite de crédito para quem usa sementes certificadas, somados a mais 15% se o produtor comprovar respeito às leis ambientais ou contratar seguro agrícola, mas isso não é novidade. Esse bônus já existe e tem sido ineficaz, pois atende pequena parcela de produtores. Aliás, como contratar seguro agrícola se o governo federal tem falhado com o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural?

A FAEP sempre defendeu que esse tipo de benefício deve ser universal. Por que não criar um bônus prevendo a redução dos juros do financiamento? Assim, por

> **O aumento no montante total de recursos para R$ 107 bilhões foi tímido e apenas repõe a inflação do período, ficando aquém dos R$ 120 bilhões solicitados pelo setor produtivo e do objetivo do próprio governo de estimular o produtor a acessar mais crédito.**
>
> ***Pedro Loyola**, economista da FAEP.*

exemplo, o produtor adimplente que utiliza sementes certificadas, protege o meio ambiente, tome crédito conjugado com a contratação de seguro agrícola ou com mecanismo de proteção de preço seria o beneficiário dessa política. Dessa forma o bônus seria um mecanismo indutor de usos de tecnologias e de gestão sustentáveis.

Ainda faltam medidas para desburocratizar as operações rurais e simplificar a concessão de recursos para custeio, investimento e comercialização das safras. A implementação de um crédito rural rotativo ágil e sem burocracias é o maior anseio dos produtores. Vale lembrar que deve demorar para que as áreas tecnológica, operacional e de contratos dos agentes financeiros se adaptem a essas mudanças, levando mais um tempo até que o produtor rural acesse os novos benefícios.

Outro problema que nunca foi resolvido poderia ser estudado pelo Ministério da Fazenda. Como acabar com as vendas casadas de produtos nos agentes financeiros? Trata-se de expediente proibido em lei, mas jamais cumprido. Uma fiscalização por amostragem seria um mecanismo de fácil implementação e que traria resultados. A boa notícia é que por conta da prática excessiva de venda casada, tem banco grande perdendo clientes para os concorrentes.

Enfim, preocupa a falta de recursos para a subvenção do seguro rural. O crédito por si só não garante segurança aos produtores e bancos. Os outros instrumentos de proteção de preços, de seguro da produção e a nova modalidade de seguro de faturamento ou receita que será lançada pelas seguradoras precisam ser vistos como parte estratégica da política agrícola pelo governo.

As resoluções do Banco Central

Banco Central do Brasil - RESOLUÇÃO 3.978
Banco Central do Brasil - RESOLUÇÃO 3.979
Votos Agrícolas CMN 26.05.2011
http://www.bcb.gov.br

R$ 16 bilhõe

Governo antecipa mudanças e limite de crédito vai a R$ 130 mil

O Banco Central divulgou as primeiras medidas que tratam das mudanças implementadas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. O Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012 será lançado até dia 15 de junho e deve conter a criação de uma ação específica do Programa de Garantia de Preços Mínimos entre outras medidas. O volume total de recursos a serem aplicados deve continuar o mesmo da safra passada, R$ 16 bilhões. O novo Plano Safra entra em

AS MUDANÇAS

A resolução 3.977 do Banco Central antecipou algumas mudanças nos limites de crédito, enquadramentos e prazos. Veja as principais medidas:

PRONAF MAIS ALIMENTOS: a taxa de juros efetiva antes era de 2% ao ano. A nova taxa de juros foi estabelecida em 1% ao ano para operações até R$ 10.000,00 e 2% para operações acima deste valor.

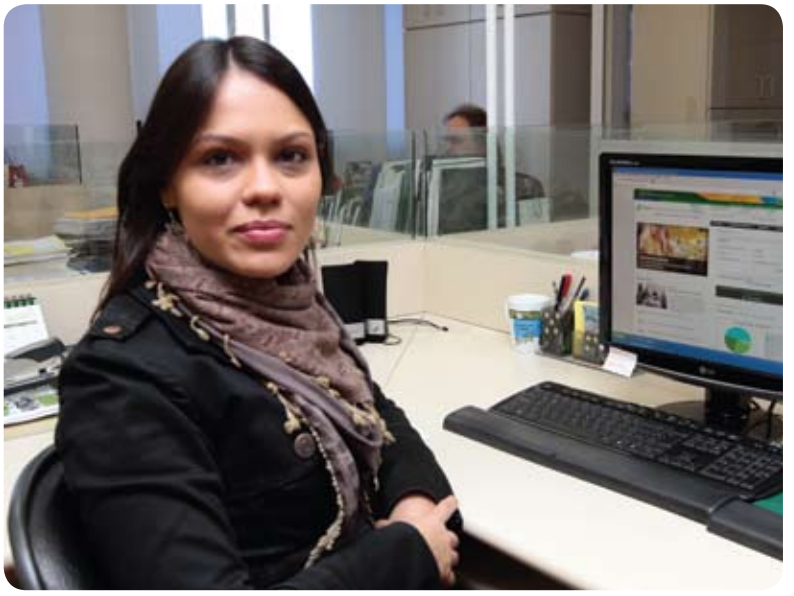
REBATE DA RENDA BRUTA DA ATIVIDADE DE PECUÁRIA LEITEIRA PARA ENQUADRAMENTO NO PRONAF: o rebate para esta atividade, para enquadramento no PRONAF era de 70% e passou para 50%.

PRONAF AGROINDUSTRIA: o limite de crédito para pessoa jurídica passa de R$ 20.000,00 para R$ 30.000,00 por sócio/associado/cooperado. O prazo de reembolso também aumenta de 8 para 10 anos.

es ao Pronaf

vigor nos bancos em 1º de julho.

Da safra atual, até fevereiro deste ano, dos R$ 16 bilhões programados para o Pronaf, foram aplicados R$ 7,43 bilhões, ou 46,5% segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Os bancos não têm conseguido aplicar os recursos programados no Pronaf nos últimos três anos. Para estimular os produtores a buscarem mais recursos do Pronaf, a novidade é o novo limite de crédito de cada operação, que antes era de R$ 50 mil e vai passar para R$ 130 mil. Essa medida foi anunciada, mas ainda não foi publicada em resolução.



Fernando Santos

PRONAF FLORESTA: o limite de crédito permanece em R$ 20.000,00 para sistemas agroflorestais, excluindo a exigência da fonte de recursos serem dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). E o limite de crédito para as demais finalidades aumenta de R$ 10.000,00 para R$ 12.000,00 por beneficiário.

PRONAF SEMIÁRIDO E PRONAF JOVEM: limite de crédito por beneficiário passa de R$ 10.000,00 para R$ 12.000,00.

PRONAF AGROECOLOGIA E PRONAF ECO: prazo de reembolso passa de 8 anos para até 10 anos.

PRONAF ECO: limite de crédito por hectare passa de R$ 6.500,00 para R$ 8.000,00. O limite máximo do financiamento passa de R$ 65.000,00 mil para R$ 80.000,00 por beneficiário.

É necessário reavaliar os critérios de enquadramento de renda, tamanho de propriedade e uso de mão-de-obra, que deixam milhares de pequenos e médios produtores à margem dos benefícios oferecidos pelo Pronaf.

Tânia Moreira, economista da FAEP.

Com o lançamento do Plano é esperado também a redução das taxas de juros do Pronaf Investimento passando de no máximo 4% ao ano para 2% ao ano.

Na avaliação da economista da FAEP, Tânia Moreira, as medidas são positivas em relação às taxas de juros e ao aumento de limites, mas para estimular o acesso ao Pronaf são ainda insuficientes. "É necessário reavaliar os critérios de enquadramento de renda, tamanho de propriedade e uso de mão-de-obra, que deixam milhares de pequenos e médios produtores à margem dos benefícios oferecidos pelo Pronaf."

Ela ressalta que um reflexo importante dessa rigidez dos critérios é que "os pequenos produtores desenvolvem sua produção até o limite máximo para continuarem amparados pelo Pronaf, ou seja, limitam seu desenvolvimento. Isso ocorre porque sabem que se ultrapassarem a renda estabelecida ou contratarem algum empregado para trabalhar em suas propriedades serão excluídos do programa", conclui.

A FAEP aguarda o anúncio oficial do Plano Safra na expectativa de que as mudanças no Pronaf sejam mais abrangentes. *

Confira a resolução:
Banco Central do Brasil - RESOLUÇÃO 3.977

R$ 3 bilhões em j

Glifosato chinês é 50% mais barato do que o "nacional"

A FAEP analisou a carta circular nº 22, de 18 de maio, da Secretaria de Comércio Exterior, que trata da revisão do direito antidumping aplicado às importações de glifosato provenientes da China. A Federação entende que o aumento da tarifa sobre os produtos importados só prejudicaria o setor agrícola, pois com a elevada demanda nacional, as importações do produto formulado ou em forma de sal são de fundamental importância para o setor produtivo possibilitando preços finais mais acessíveis.

Atualmente o preço do produto formulado produzido no Brasil é em média 50% superior ao importado ou de origem de matéria-prima importada. No Paraná o produto nacional tem preço médio de R$ 10,20/litro enquanto aqueles misturados a partir de matéria-prima importada são avaliados em R$ 5,30/litro. O glifosato é um produto de fundamental importância para diversas culturas e tem uma demanda estimada no mercado brasileiro de 250 milhões de litros de glifosato formulado com um custo, médio, para o produtor rural de mais de R$ 3,0 bilhões por ano.

A FAEP solicitou à Secretaria de Comércio Exterior que a revisão do direito antidumping não resulte em elevação da tarifa atual, pois seria extremamente prejudicial ao setor produtivo por reforçar a flexibilidade que uma única fabricante nacional tem, de fixar preços, dispondo de uma enorme demanda nacional. O aumento da tarifa provocaria distorções que só tendem a acelerar o custo de produção agrícola.

Quanto aos preços do glifosato e seu sal monoisopropilamina importados, de novembro de 2010 a março deste ano, o produto chinês entrou com valores superiores àqueles provenientes dos Estados Unidos, tornando duvidosa a afirmação de prática de dumping por parte da China.

Outro ponto que deve ser analisado é a escolha dos preços internos da União Europeia como parâmetro de comparação para constatação da prática de dumping por parte da China, uma vez que o país não é considerado uma economia predominantemente de mercado. Como

Divulgação

No Paraná o produto nacional tem preço médio de R$ 10,20/litro enquanto aqueles misturados a partir de matéria-prima importada são avaliados em R$ 5,30/litro.

ogo

um dos maiores mercados consumidores do mundo, é possível esperar que a União Europeia não ofereça um parâmetro adequado de comparação de preço, resultando em preços mais elevados que não podem refletir o preço interno praticado na China.

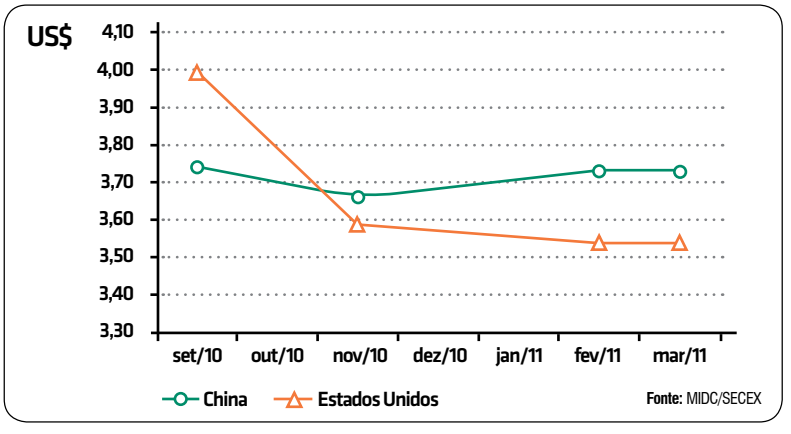
Além da Secretaria de Comércio Exterior, a argumentação da FAEP também foi encaminhada aos Ministérios da Agricultura e Pecuária, da Fazenda, Desenvolvimento, Relações Exteriores, Desenvolvimento Agrário e Planejamento e Gestão.

Tarifa de importação

A tarifa de importação foi equivocadamente estabelecida em 2003 e chegou a ser de 35,8%. A taxa antidumping aplicada ao glifosato chinês foi baixada de 35,8% para 11,7% pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex), em julho de 2008. A medida tinha caráter provisório e entrou em vigor no período em que foi realizada análise no Departamento de Defesa Comercial, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O prazo legal para conclusão dessa análise era de até 12 meses, ou seja, fevereiro de 2009. O estudo identificou se existia a prática de dumping pela China nas exportações do produto e o dano à indústria doméstica decorrente desta prática. Em fevereiro de 2009 a tarifa foi reduzida para os atuais 2,1%.

O glifosato é a matéria-prima mais utilizada na fabricação de defensivos agrícolas e movimenta R$ 1,2 bilhão anuais. O produto é amplamente utilizado por pequenos, médios e grandes produtores em todo o território nacional no cultivo de algodão e feijão e de produtos agrícolas como o milho e a soja, que têm impacto na produção de aves e de suínos voltados tanto para consumo interno e exportação.

GRÁFICO 1 – PREÇO DE IMPORTAÇÕES DE GLIFOSATO (US$/KG – FOB)
(NCM 2931.00.32 Glifosato e seu sal de monoisopropilamina)



DUMPING SEGUNDO O MDIC

Considera-se que há prática de dumping quando uma empresa exporta para o Brasil um produto a preço (preço de exportação) inferior àquele que pratica para o produto similar nas vendas para o seu mercado interno (valor normal). Desta forma, a diferenciação de preços já é por si só considerada como prática desleal de comércio.

DUMPING => PREÇO DE EXPORTAÇÃO < VALOR NORMAL

Caso a exportação seja proveniente de um país não considerado como de economia de mercado, o valor normal poderá ser determinado com base no:

- Preço de venda praticado no mercado interno de um terceiro país de economia de mercado;
- Valor construído do produto similar em um terceiro país de economia de mercado; e
- Preço praticado por terceiro país de economia de mercado na exportação para outros países, exceto para o Brasil.

Somos criminosos **punam-nos...**

Nós produtores e proprietários rurais, confessamos: somos desmatadores, então, somos criminosos. Punam-nos... Não comam arroz! Noventa por cento são produzidos em várzeas. Área de Preservação Permanente. Não tomem café, grande parte vem de Área de Preservação Permanente. Não comam maçã! São produzidas em Área de Preservação Permanente. Não chupem uva e nem tomem vinho! São produzidos em Área de Preservação Permanente. Não comam verduras e legumes! A maior parte é produzida em Área de Preservação Permanente. Não usem óleos vegetais: podem ser produzidos em área de Reserva Legal. Não tomem leite, não comam aves, suínos, ovelhas, queijo, manteiga, presunto, e outros derivados. Os animais podem ser alimentados por ração que contém milho, soja, sorgo, aveia, entre outros. Tudo isso pode ter sido produzido em áreas que devem ser de Reserva Legal. Não comam açúcar e andem a pé ou de bicicleta, pois parte da gasolina contém 25% de álcool que vem da cana, plantada em áreas que podem ser de Reserva Legal. Tampouco usem roupas de algodão e lã, muito menos sapatos de couro. Usem tecidos sintéticos e sapatos de plástico. Não usem lápis. O lápis é de madeira e pode ter vindo de floresta de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente. Pelo mesmo motivo, não morem em casa de madeira. Não usem mesas, cadeiras, armários, assoalhos e outros objetos de madeira, pois resultaram de desmatamento. Podem ser de área de Reserva Legal.

Arquivo

"Nossa vocação é produzir"

Enfim, não dá para dissociar a nossa vida da Natureza. A nossa sobrevivência, o nosso conforto e segurança provém do que obtemos da terra. Que "ambientalistas" radicais abram mão de seu conforto e dêem exemplo à sociedade. Boicotem tudo aquilo que aqui foi citado e o que pode ter sido esquecido, pois se olharmos para trás, veremos que a grande parte das terras cultivadas e das madeiras utilizadas foram desmatadas com o suor do homem para sua sobrevivência, através do uso do machado e não da moto-serra. Querer voltar no tempo é um contra-senso e falta de racionalidade, e isso tudo prejudica não os produtores rurais e sim a nação como um todo. Queremos que a lei nos garanta o direito de trabalhar com tranquilidade. Nós somos produtores rurais, a nossa vocação é produzir. A lei deve privilegiar tanto o meio ambiente quanto a produção e, o Estado enquanto representante de toda a sociedade, deve ser responsável pela manutenção e preservação ambiental, pois esta é uma obrigação de todos.

Orson Mureb Jacob
é presidente do Sindicato Rural de Assis (SP)
srassis@fernanet.com.br

Queremos que a lei nos garanta o direito de trabalhar com tranquilidade. Nós somos produtores rurais, a nossa vocação é produzir.

Gleisi na Casa Civil

Dilma escolhe a senadora paranaense para a gestão do Governo

Fotos: Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

Com Dilma (acima), **e com a filha Gabriela Sofia** (abaixo)

"Deus dá a todos uma estrela. Uns fazem da estrela um sol. Outros nem conseguem vê-la." Ao se despedir do Senado Federal para assumir a chefia da Casa Civil da Presidência da República, a curitibana Gleisi Hoffmann, 45 anos, recorreu a esses versos da poetisa paranaense Helena Kolody para trazer luzes nas relações do governo Dilma com o Congresso Nacional. Gleisi tem uma carreira meteórica no âmbito técnico e político do serviço público. Em governos do PT foi secretária de Estado no Mato Grosso do Sul e de Gestão Pública em Londrina. Assumiu a Diretoria Financeira da Itaipu Binacional, em 2003, e a partir de 2006 mergulhou na política paranaense, conquistando surpreendentes 2.299.088 votos (45,14%) dos paranaenses na eleição ao Senado. Disputou em seguida a Prefeitura de Curitiba (2008) e, resultado de sua maior visibilidade, foi eleita senadora, no ano passado, com a maior votação entre os candidatos (3.196.468). Permaneceu no Senado exatos 126 dias.

Ao se despedir manifestou em discurso sua "deferência aos integrantes da oposição. Todos foram adversários duros no debate, mas prevaleceu sempre a convivência democrática", acenando para o diálogo com a oposição e com a base. Também negou o rótulo de ser um "trator" governista. "Não considero essa a melhor metáfora para quem exerce a política e sempre se dispôs a debater, ouvir e construir consensos".

Conciliadora, Gleisi, ao assumir a Casa Civil, na quarta feira (8) afirmou ter consciência de que "minha escolha não se deve à minha trajetória política.

Ao escolher uma senadora, a presidente Dilma manifesta apreço ao Congresso, ao Poder Legislativo". A presidente destacou que "a senadora Gleisi tem sólida formação técnica e é uma grande gestora pública. Provou isso em todas as funções que exerceu e se notabilizou pela competência como administradora". Os perfis de ambas se parecem.

O Paraná em Brasília

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, lembrou que na história recente, raras vezes o Paraná esteve com uma representação tão fortalecida em Brasília, onde além de Gleisi, seu marido, Paulo Bernardo ocupa o Ministério das Comunicações, Gilberto Carvalho a Secretaria Geral da Presidência e Osmar Dias no BB. "A Gleisi já vinha se destacando no Senado como defensora do governo Dilma. Agora, como declarou, se tornará gestora dos programas governamentais. Pelo seus conhecimentos das dimensões dos problemas do Paraná e pela sua competência, temos a certeza que o nosso Estado terá outro trânsito para seus projetos", disse Meneguette.

Enquanto foi senadora, Gleisi percorreu o interior do Estado debatendo com produtores suas aspirações. Na mais recente, no final de maio, esteve em Paranavaí (Boletim 1139) no lançamento do Programa de R$ 500 milhões para a região do Arenito do Caiuá. Lá, declarou: "É relevante para melhorar a vida das pessoas uma nova visão para as relações políticas e de articulação com o Estado, esquecendo as diferenças para trabalhar em conjunto, somando esforços para o bem do Paraná".

O terceiro olhar sob

Produtores conhecem a estrutura do setor agrícola europeu

O terceiro grupo de produtores rurais e técnicos que participam da viagem técnica foi recebido com muita chuva e frio na Europa, após um período de grande seca. A temperatura caiu mais de 10 graus de um dia para outro. A primeira visita foi a uma propriedade que mantém parceria com a Federação Nacional de Agricultura da França para o desenvolvimento de novas cultivares e pesquisas.

O agricultor Laurente Mingan tem uma propriedade, na região de Oise, ao norte de Paris, com 140 hectares, dos quais destina 10% da área para experiências agrícolas. Os estudos são coordenados pelo engenheiro-agrônomo Christian Dersigny. Ele cultiva trigo, cevada, ervilha, canola, feijão e biomassa. A alta produtividade do trigo que chega a 13 toneladas por hectare impressionou os paranaenses. O grande diferencial é a qualidade da terra. "Eles não têm problemas com fósforo, potássio ou magnésio", comenta o presidente do sindicato rural de Dois Vizinhos, Darci Smaniotto.

Sindicalismo

Na Federação Nacional da Agricultura da França (FNSEA) o grupo pode conhecer um pouco sobre o sistema sindical. Na França existem 500 mil produtores rurais que estão reunidos em três sindicatos/FNSEA, Coordenação Rural e a Confederação Paypones. A FNSEA e o sindicato mais abrangente que reúne 60% dos agricultores enquanto que as outras duas instituições agregam cada uma 20% do restante. Entre as principais diferenças do setor entre Brasil e França destacam-se a garantia do preço mínimo, segurança climática, logística e retorno de pesquisas. Entre as preocupações dos agricultores europeus estão o meio ambiente e as medidas definidas pela Politica Agrícola Comum da União Europeia, relativas ao bem estar animal, ao uso da terra e a perda de terras agrícolas para o processo de urbanização.

As principais diferenças do setor entre Brasil e França são a garantia do preço mínimo, segurança climática, logística e retorno de pesquisas.

Os agricultores franceses mantém independência política e se organizam por cadeias para fortalecer sua representati-

re a Europa

Fotos: Claudius Augustus / FAEP

O terceiro grupo visitou uma propriedade na França, onde 10% da área são destinados para experiências agrícolas

vidade na defesa dos interesses políticos e econômicos da cadeia produtiva.

A instituição é mantida pela contribuição sindical que é calculada considerando o número de associados do sindicato, tipo de produção e área. A FNSEA tem como missão: A preservação do meio ambiente, a promoção da qualidade dos produtos, realizar ações com jovens agricultores parar manutenção dos mesmos no campo e a organização do setor.

Sanidade

O diretor geral do Departamento de Sanidade Pecuária, Marc Henri Cassagne, apresentou um histórico da sanidade animal na França. Em 1952 a França registrava a maior taxa de tuberculose bovina (10%), e de infecção por brucelose (50%) e 34 mil focos de febre aftosa.

A partir de 2000 a situação se inverteu com a passagem de uma política curativa para preventiva. Atualmente a França é oficialmente considerada livre de brucelose, tuberculose, leucose e da febre aftosa (2001). Princípios que contribuíram para o resultado: ação coletiva, lei para todos independente do tamanho da produção, socialização de custo dos trabalhos, trabalho em cadeia, participação dos associados.

Fotos: Claudius Augustus / FAEP

Meio ambiente

Segundo a engenheira-agrônoma do departamento de Meio Ambiente (FNSEA), Eugenia Pommaret, a proteção da biodiversidade se tornou o tema de interesse comum da União Europeia como uma visão abrangente da proteção ambiental. A legislação ambiental da do bloco econômico é composta por 23 diretrizes para proteção da biodiversidade. Cada país membro da comunidade utiliza estas diretrizes e pode criar outras para atender as particularidades.

As principais linhas de ação com relação ao meio ambiente atualmente são:

- Limitação e proteção de águas (tratamentos dos dejetos e valores de limite de nitratos e agrotóxicos).

- Pagamento dos serviços ambientais – vai ser discutido em 2013 na discussão para atualização do Política Agrícola Comum (PAC). Antigamente o subsídio era definido pela tipo produção, depois pelo tamanho da área de produção e atualmente a exigência será pelo atendimento das questões ambientais, sanidade e bem estar animal.

A política ambiental é restritiva. O produtor que não atender às diretrizes pode ter redução dos subsídios que podem chegar a 100%. Esta análise do desconto vai depender da importância da diretriz para a região a qual ele se encontra.

O Sistema de Plantio Direto

É pouco utilizado. Está sendo discutido um plano para verificar a viabilidade da utilização ou não em virtude da composição do solo. Além disso, a meta estabelecida pela comunidade europeia é que até 2012, 10% das energias devem vir de biocombustíveis. Na França 85% é energia nuclear e Alemanha tem projetos de energia solar. *

Propriedade mista visitada na França. Local, de 115 hectares, pertence a um Conde e foi arrendado pelo produtor francês

O intervalo para o café do **trabalhador rural**

A utilização de um segundo intervalo pelo trabalhador rural é tema longamente discutido pelos tribunais do Trabalho, ante a previsão contida no Estatuto do Trabalhador Rural – lei nº 5.889/73, em seu artigo 5º. Nele está estabelecido que na concessão de intervalos dentro da jornada de trabalho para o trabalhador rural deverão ser "observados os usos e costumes da região", o que se dá exatamente em razão das suas especificidades. Além do regular intervalo de uma hora para repouso e alimentação, é possível o estabelecimento de outra pausa na jornada. Este tempo, porém, não deve ser considerado à disposição do empregador, como autorizado pela legislação especial.

Tratando-se de condição especial o trabalho no campo, constitui parte dos usos e costumes a interrupção do trabalho para o lanche da manhã ou da tarde, como vem entendendo nosso Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região: "INTERVALO PARA CAFÉ – TRABALHADOR RURAL – USOS E COSTUMES – DESCONSIDERAÇÃO PARA FINS DE HORAS EXTRAS. Além do intervalo intrajornada de uma hora, de intervalo para café de 15 minutos, o referido tempo não deve ser computado na jornada de trabalho para fins de aquilatação de horas extras, exatamente por se tratar de empregado rural. O trabalho no campo, diante de sua própria natureza, indiscutivelmente, não se reveste do mesmo rigor do labor realizado nos centros urbanos. Não é por outra razão que o artigo 5.º, da lei n.º 5.889, de 8 de junho de 1973, permite a concessão do intervalo para repouso e alimentação conforme usos e costumes da região e não nos limites previstos na norma consolidada. Assim, a interrupção do trabalho para lanche da manhã ou da tarde não pode ser considerado como à disposição do

Arquivo

empregador, porquanto tão-somente observa os usos e costumes rurais, tal como expressamente autorizado em lei. Sentença reformada." (TRT-PR-02991-2009-325-09-00-3, Relatora Des. SUELI GIL EL-RAFIHI).

Outra decisão fixa o limite de duas horas na soma dos intervalos do trabalhador rural: "CONCESSÃO DE DOIS INTERVALOS INTRAJORNADA – TRABALHADOR RURAL – ARTIGO 5º, DA LEI 5889/73. A redação do artigo 5º, da lei 5889/73, contempla a possibilidade da concessão de dois intervalos, haja vista a observação sobre os "usos e costumes da região". Portanto, quando concedido, esse segundo intervalo deve, igualmente, ser excluído da duração da jornada diária. É notório que no meio rural o costume é a concessão de mais de um intervalo alimentar, o que deve prevalecer na hipótese em questão, ante os termos da redação do artigo 5º, da lei nº 5889/73, que determina a observância dos usos e costumes da região, além do que não ultrapassado o limite de duas horas." (TRT-PR-01121-2008-093-09-00-0, Relatora Des. Nair Maria Ramos Gubert).

Verifica-se a flexibilidade do intervalo para repouso e alimentação do trabalhador rural, passível de fixação de acordo com os usos e costumes da região, nos moldes do artigo 5º da lei nº 5889/73. *

Por Márcia Regina Rodacoski, advogada e consultora da FAEP.

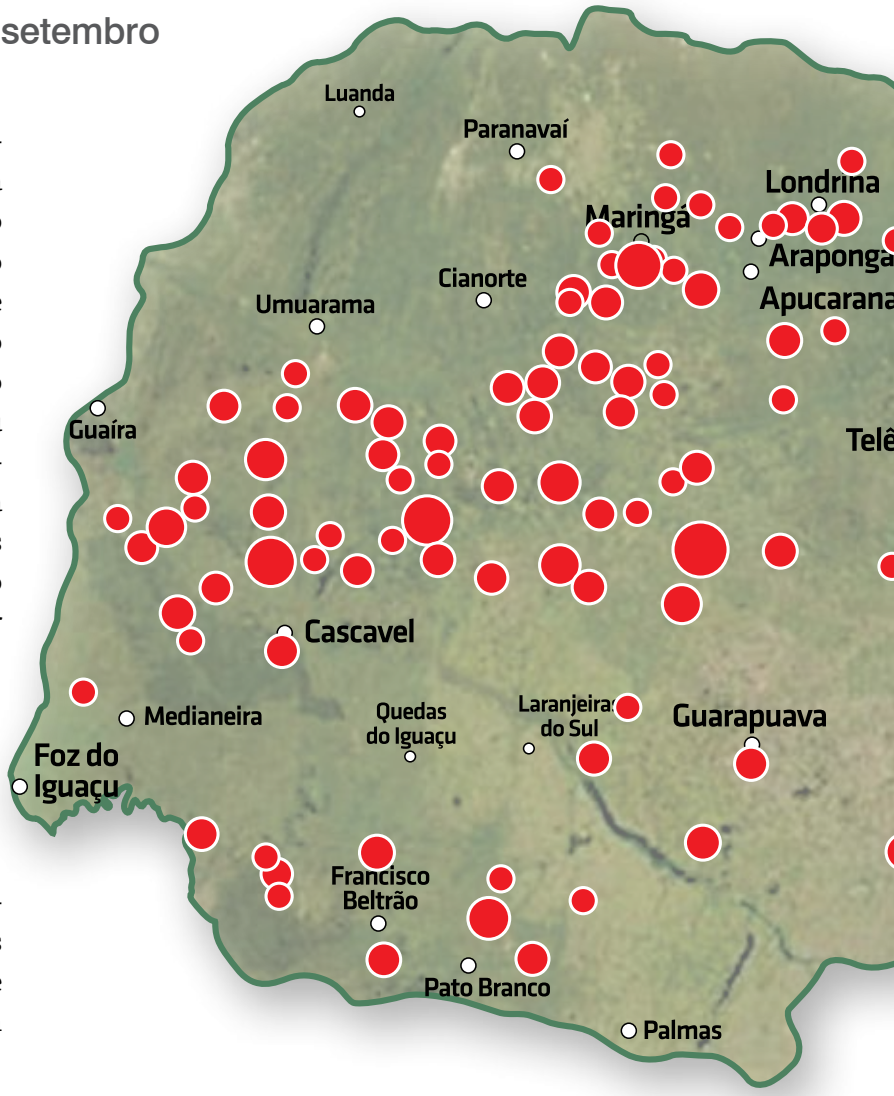
O trabalho no campo, diante de sua própria natureza, indiscutivelmente, não se reveste do mesmo rigor do labor realizado nos centros urbanos.

Começa o vazio sanitá

Alerta: de 15 de junho a 15 de setembro

A partir desta quarta-feira (15 de junho) até o dia 15 de setembro, está proibido o plantio ou a manutenção de plantas vivas de soja no Paraná. Este é o período do vazio sanitário, quando não pode haver nenhuma planta de soja no território paranaense. A prática, realizada pelo quarto ano consecutivo, tem o objetivo de evitar ou retardar ao máximo o aparecimento do fungo causador da ferrugem asiática, doença que ataca a cultura e causa sérios prejuízos econômicos aos produtores. A eliminação de plantas vivas ou remanescentes deve ser feita até 14 de junho. Após essa data, quem não atender às determinações poderá ser multado em valores que variam de R$ 50 a R$ 5 mil, conforme estabelece a lei 11.200/97, de Defesa Sanitária Vegetal. De acordo com a Agência de Notícias do Paraná (AEN), no ano passado o Defis emitiu 134 autos de infração, a partir de ações de fiscalização abrangendo uma área de 4.236 hectares, 30 km de rodovias e 190 km de ferrovias.

O vazio sanitário foi instituído por uma resolução que atendia a pedidos dos próprios produtores, que viram na medida uma forma eficaz de evitar a proliferação do fungo causador da doença que atinge a safra durante o verão. Sem plantas vivas no inverno, o fungo não consegue sobreviver.



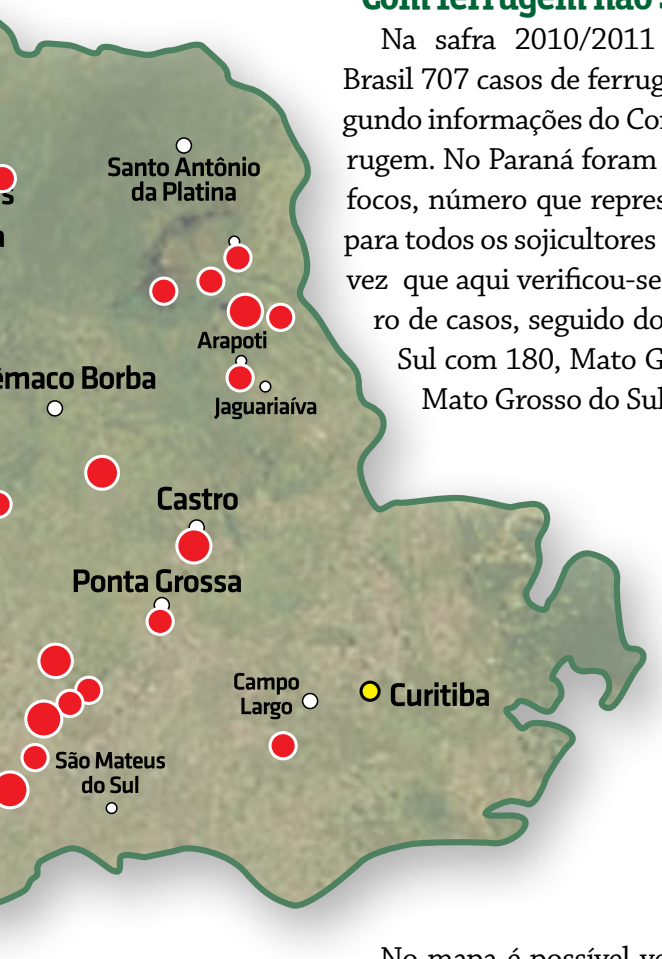
Divulgação

A FAEP é parceira na divulgação do vazio sanitário no Paraná, confeccionando 300 mil folhetos de alerta sobre o período da proibição. Os folhetos estão sendo distribuídos nas barreiras interestaduais do Estado, nas concessionárias de pedágio e transportadoras de soja.

Novo fungicida

Um novo fungicida desenvolvido pela BASF deve ajudar a eliminar a doença nas lavouras. Segundo informações da empresa, visitada pelos produtores paranaenses que participaram da viagem técnica da FAEP pela Europa, o Opera XE tem alto poder preventivo e curativo e deve ser lançado no Brasil em 2013.

rio da soja no Paraná



"Com ferrugem não se brinca"

Na safra 2010/2011 ocorreram no Brasil 707 casos de ferrugem asiática, segundo informações do Consórcio Antiferrugem. No Paraná foram detectados 291 focos, número que representa um alerta para todos os sojicultores do estado, uma vez que aqui verificou-se o maior número de casos, seguido do Rio Grande do Sul com 180, Mato Grosso com 50 e Mato Grosso do Sul com 46.

No mapa é possível ver as regiões do estado onde a doença atacou com mais severidade. Com a ferrugem não se brinca, o vazio sanitário é a única ação preventiva eficaz para diminuir o foco da doença nas lavouras comerciais.

Então mãos à obra, erradicação às plantas voluntárias de soja e nada de plantio entre 15 de junho e 15 de setembro. (Maria Silvia Dgiovani, agrônoma do DTE/FAEP)

FAEP e o impacto da Erradicação da Febre Aftosa no Paraná

O professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Jorge Madeira Nogueira apresentou a conclusão do relatório final da Análise Custo Benefício de Estratégia de Erradicação da Febre Aftosa à diretoria da FAEP e ao secretário de Agricultura Norberto Ortigara. "Queremos contribuir para que o Estado tenha um documento econômico mostrando os impactos positivos e negativos mais relevantes que embase as autoridades para um resultado eficiente na alocação de recursos humanos, materiais e financeiros na tomada de decisão", afirmou o presidente do Sistema, Ágide Meneguette.

O trabalho, que levou um ano para ser desenvolvido, é um instrumento econômico que analisa o custo benefício para a retirada da vacinação contra a febre aftosa no Paraná. "Este estudo nada mais é do que um instrumento econômico de apoio ao processo de tomada de decisões", concordou o professor.

A metodologia utilizada permite projetar qualquer cenário. O trabalho tem 130 páginas de texto e 200 de tabelas. "Isto demonstra de uma vez por todas que esta é uma questão de Estado e que a discussão precisa ser em cima da razão. Daqui para frente qualquer discussão precisa se basear na ciência", afirmou o superintendente do SENAR-PR, Ronei Volpi.

O estudo foi executado pelos técnicos Celso Dôliveira, da FAEP e Silmar Pires Bürer, da SEAB. "Há muitos anos desejamos que o Paraná fizesse este trabalho. Nos Estados Unidos não se manda nenhum projeto de lei para aprovação se não houver uma análise de custo benefício", comparou o assessor da presidência Antônio Poloni.

Diamantes

O nome diamante vem do grego e significa "inconquistável, indomável" devido a sua dureza. Há, na história, diamantes famosos, principalmente por seu tamanho ou por sua cor. No Brasil, os primeiros diamantes foram encontrados em 1.725, em Diamantina - MG. Durante os séculos XVIII e XIX, o Brasil liderou a produção mundial de diamantes, superado depois pela África do Sul.

Nero e as amazonas

O exército mais bizarro da História foi convocado pelo imperador romano Nero, em 68 d.c. Este exército era composto unicamente de prostitutas com o cabelo curto! Elas tornar-se-iam, na ideia de Nero, numa espécie de guerreiras da mitologia grega, as Amazonas. A ideia de Nero não era combater os exércitos inimigos, mas sim cantar para eles! A acentuada loucura de Nero, fez com que o Senado Romano o considerasse inimigo do Estado. O imperador-artista suicidou-se, em 9 de Junho de 68 d.c., para evitar ser chicoteado até à morte. Parece que ninguém cantou no seu velório.

Anote aí

A palavra é como a abelha, tem mel e ferrão

A vida é como a cebola, se descasca chorando.

Chato é uma pessoa que, quando você pergunta "Como tem passado?", ela conta.

Cuidado com homem que não fala e com cachorro que não late.

Em cima daquele morro, passa boi, passa boiada, passa trem, passa ônibus, eta! Que trânsito.

Escreveu, não leu? Então é burro.

Formiga e puxa-saco tem em todo lugar.

Gente ruim é como dor de dente: quanto mais se presta atenção nela, mais incomoda.

O psiquiatra pergunta para a loira:

– Costuma escutar vozes, sem saber quem está falando ou de onde vêm?
– Sim...Costumo!
– E quando isso acontece?
– Quando atendo o telefone!

Coisa do diabo

No século 18, a invenção do pára-raios, por Benjamin Franklin, foi apontada pela Igreja como invenção do diabo. Sendo o raio expressão da cólera do Senhor, só podia ser tentação do demo impedir que o castigo divino caísse sobre o mundo.

De Reis a Real

Desde a independência, em 1822, o Brasil teve nove moedas. A medida que a inflação aumentava, mudava-se a moeda, tirando os zeros. Se não fosse o Plano Real (1994) um sabonete custaria hoje bilhões.

Século 19

Moeda: Réis
Símbolo: Rs e $

Novembro de 1942

Moeda: Cruzeiro
Símbolo: Cr$
Mil réis passaram a valer 1 cruzeiro (Rs 1$000 = Cr$ 1).

rápida

Conselho paterno

– Pai, vou me divorciar da minha mulher. Há seis meses que ela não fala comigo.

O pai fica em silêncio durante uns momentos, bebe mais um gole da cerveja e diz:

– Pensa melhor nisso meu filho, mulheres assim são difíceis de arranjar...

Soja milenar

Os historiadores admitem que a soja é originária da China e do Japão e conhecida há cinco mil anos. Os antigos consideravam a soja seu principal produto agrícola e um dos grãos sagrados necessários à vida. A soja foi introduzida na Europa e teria chegado ao Brasil, através da Bahia, no final do século XIX.

Mãe é Mãe (Capítulo III)

Minha Mãe me ensinou sobre **justiça**...
"UM DIA VOCÊ TERÁ SEUS FILHOS, E EU ESPERO QUE ELES FAÇAM PRÁ VOCÊ O MESMO QUE VOCÊ FAZ PRA MIM! AÍ VAI VER O QUE É BOM!"

Minha mãe me ensinou **religião**...
"MELHOR REZAR PARA ESSA MANCHA SAIR DO TAPETE!"

Minha mãe me ensinou o **beijo de esquimó**...
"SE RABISCAR DE NOVO, EU ESFREGO SEU NARIZ NA PAREDE!"

Minha mãe me ensinou **determinação**...
"VAI FICAR AÍ SENTADO ATÉ COMER TODA COMIDA!"

Minha mãe me ensinou a **ser objetivo**...
"EU TE AJEITO NUMA PANCADA SÓ!"

Minha mãe me ensinou a **escutar**...
"SE VOCÊ NÃO ABAIXAR O VOLUME, EU QUEBRO ESSE RÁDIO!"

Minha mãe me ensinou a **ter gosto pelos estudos**..
"SE EU FOR AÍ E VOCÊ NÃO TIVER TERMINADO ESSA LIÇÃO, VOCÊ JÁ SABE!..."

Minha mãe me ajudou na **coordenação motora**...
"AJUNTA AGORA ESSES BRINQUEDOS!! PEGA UM POR UM!!"

Minha mãe me ensinou os **números**...
"VOU CONTAR ATÉ DEZ. SE ESSE VASO NÃO APARECER VOCÊ LEVA UMA SURRA!"

Fevereiro de 1967
Moeda: Cruzeiro novo
1 cruzeiro novo
(Cr$ 1 000 = NCr$ 1)

Fevereiro de 1986
Moeda: Cruzado
1 cruzado
(Cr$ 1 000 = Cz$ 1)

Março de 1990
Moeda: Cruzeiro
1 cruzado novo passou a valer 1 cruzeiro
(NCz$ 1 = Cr$ 1)

Agosto de 1993
Moeda: Cruzeiro real
1 cruzeiro real
(Cr$ 1 000 = CR$ 1)

1953 1954 1955 1956 1957 1958 1959 1960 1961 1962 1963 1964 1965 1966 **1967** 1968 1969 **1970** 1971 1972 1973 1974 1975 1976 1977 1978 1979 1980 1981 1982 1983 1984 1985 **1986** 1987 1988 **1989** **1990** 1991 1992 **1993** **1994**

Julho de 1994
Moeda: Real
A atual moeda, o real, surge em 1º de julho de 1994; 2 750 cruzeiros reais equivaliam a uma Unidade Real de Valor (URV), que valia 1 real (CR$ 2 750 = URV 1 = R$ 1)

Maio de 1970
Moeda: Cruzeiro
1 cruzeiro novo passou a valer 1 cruzeiro (NCr$ 1 = Cr$ 1)

Janeiro de 1989
Moeda: Cruzado novo
Mil cruzados passaram a valer 1 cruzado novo
(Cz$ 1 000 = NCz$ 1)

Teixeira Soares

Mulher Atual

As 22 participantes do curso Mulher Atual de Teixeira Soares tiveram um encontro diferente no dia 9 de maio. Para homenagear a mães, a presidente do Sindicato Rural do município, Liziane Rocha Czech, ofereceu ao grupo um almoço elaborado por ela e sua equipe. No cardápio: risoto de frango.

Terra Roxa

Desenvolvimento Comportamental

O Sindicato Rural de Terra Roxa, em parceria C. Vale Cooperativa Agroindustrial unidade de Terra Roxa, está promovendo o curso Desenvolvimento Comportamental. Os 13 participantes do curso estão sob a orientação da instrutora Michelle Carla Roco Piffer.

Cidade Gaúcha

Associação dos Avicultores

Liderados pelo Sindicato Rural e pela Emater de Cidade Gaúcha, produtores da região reuniram-se para a formação da Associação dos Avicultores de Cidade Gaúcha e Região (AVICIGA), O objetivo da associação é defender os interesses dos associados, buscando parcerias para fortalecimento do setor, inclusive com os abatedouros. Segundo o presidente do sindicato Adair Joquim Geraldi, “a ideia não é enfrentar a indústria, e sim corrigir as distorções para que ambas as partes saiam satisfeitas”.

Marechal Cândido Rondon

Mulher Atual

Mais uma turma do curso Mulher Atual concluiu os trabalhos no dia 6 de maio, em Marechal Cândido Rondon. O encerramento aconteceu no auditório do Sindicato Rural do município, em parceria com a Agrícola Horizonte. Sob a orientação da instrutora Elenice Stremel, o grupo de 25 mulheres participou de 10 encontros, em que diversas atividades foram realizadas, como dia da beleza, visita ao Asilo Lar Rosas Unidas e outras voltadas à saúde e segurança.

SENAR-PR

Foz do Jordão

Argila

Em Foz do Jordão, extensão da regional de Guarapuava, alunos da APAE ultrapassaram obstáculos e fizeram as primeiras peças durante curso de argila. O curso foi ministrado pelo instrutor Lindomar Pereira.

Palmas

Curso Trator

Nos dias 24 e 25 de maio, o Sindicato Rural de Palmas realizou o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas. O grupo de 10 alunos foi orientado pelo instrutor Edson Zucchi.

São João

JAA

As turmas do curso do Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) participaram de visita técnica à fazenda experimental do Centro de Treinamento de Pecuaristas (CTP), de Castro, nos dias 17 e 18 de maio. A visita foi orientada pela instrutora Nágila Lavorati.

Cambé

Mulheres empreendedoras

No dia 1º de junho, 200 produtoras rurais participaram do 8º Encontro de Senhoras Empreendedoras Rurais em Cambé. A atenção da plateia feminina se voltou à palestra "Uma Escalada Rumo ao Sucesso", apresentada pelo administrador George Baun, consultor do Sebrae e convidado pelo SENAR-PR. O encontro foi realizado pela prefeitura do município em parceria com diversas instituições, entre elas, o Sindicato Rural de Cambé.

Palotina

Mulher Atual

As duas turmas de participantes do Curso Mulher Atual de Palotina assistiram, nos dias 11 e 24 de maio, uma palestra sobre a saúde da mulher. Prevenção de câncer de colo uterino e mama, doenças sexualmente transmissíveis, HIV e Aids, climatério e menopausa e a importância da realização do pré-natal, fizeram parte os temas apresentados pela enfermeira Maristela Rorratto Barbieri. O grupo de 47 mulheres recebeu orientação da instrutora Elenice Parizotto Stremel.

FAEP pede a ANVISA extensão de prazo para consulta pública

A Anvisa propôs a Consulta Pública nº 2 de 25/01/2011 estabelecendo proposta de regulamento técnico para critérios e exigências para avaliação toxicológica de agrotóxicos. Atenta com os impactos sociais, econômicos e ambientais das exigências previstas na Consulta, a FAEP enviou ao Diretor-Presidente da Anvisa, Dirceu Brás Aparecido Barbano, ofício manifestando a preocupação dos produtores paranaenses e quer o envolvimento de outros ministérios.

Lembra que em 2002 as Nações Unidas adotaram o Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (Globally Harmonized System of Classification and Labelling of Chemicals – GHS). Também a Organização Mundial de Saúde (OMS) está em processo de revisão de sua classificação de agrotóxicos, para harmonizá-la ao GHS, com participação do governo brasileiro nas discussões. Assim, a aprovação da proposta ANVISA neste momento colocará o Brasil numa situação ímpar, com uma legislação de agrotóxicos destoante dos demais países do mundo e de legislações reconhecidas pela FAO, OMS, EFSA. "Não entendemos como extremamente urgente a necessidade de encerrar o prazo no final do mês de maio, considerando também que a OMS está revisando sua classificação de agrotóxicos, o que certamente obrigará a uma nova revisão dos regulamentos brasileiros", lembra na correspondência o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette. Sugere ainda a extensão do prazo por mais 180 dias, inclusive para atender as considerações e os ajustes para estabelecer uma Instrução Normativa Conjunta entre os Ministérios da Agricultura, Meio Ambiente e Saúde.

FUNDEPEC-PR — SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 31/05/2011

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R$				DESPESAS EM R$			SALDO R$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS	
	1-11	12						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-		138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.431.549,48	13.000,00		16.608.767,51		2.341.952,64	-	23.247.874,77
Setor Suínos	2.200.137,02	1.360.000,00		1.775.479,68		141.274,87	-	5.194.341,83
Setor Aves de Corte	1.271.958,15	210.000,00		1.766.255,07		-	-	3.248.213,22
Setor de Equídeos	38.585,00	15.000,00		75.791,98		-	-	129.376,98
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-		7.574,79		-	-	13.413,40
Setor Aves de Postura	35.102,41	2.000,00		93.228,10		-	-	130.330,51
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-		-		141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-		-		-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	141.031,00	-		-		141.031,00
TOTAL	**12.381.000,00**	**1.600.000,00**	**141.031,00**	**20.465.778,22**	****542.225,27**	**2.624.258,51**	**77.567,43**	**31.885.983,28**
							SALDO LÍQUIDO TOTAL	**31.885.983,28**

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R$ 500.000,00 | **2º** - 23/07/2001 >> R$ 2.000.000,00 | **3º** - 04/09/2001 >> R$ 380.000,00 | **4º** - 28/12/2001 >> R$ 2.120.000,00 | **5º** - 21/05/2002 >> R$ 710.000,00 | **6º** - 26/07/2002 >> R$ 2.000.000,00 | **7º** - 16/12/2002 >> R$ 2.167.000,00 | **8º** - 30/12/2002 >> R$ 204.000,00 | **9º** - 08/08/2003 >> R$ 600.000,00 | **10º** - 08/01/2004 >> R$ 400.000,00 | **11º** - 30/12/2004 >> R$ 1.300.000,00 | **12º** - 01/12/2005 >> R$ 1.600.000,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos (**)
a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repasse mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R$542.225,27
b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovídeos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO PR-045388/O-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

Encontros dos Conselhos de Sanidade Agropecuárias (CSAs)

Neste mês de junho ocorrerão encontros regionais dos Conselhos de Sanidade Agropecuárias (CSAs) pelo Estado. Estes encontros visam sensibilizar lideranças locais quanto a importância de sua participação nas políticas sanitárias do Estado. Participarão dos Encontros diretores dos CSAs, lideranças de produtores, lideranças e técnicos dos municípios e coordenadores estaduais e técnicos de programas sanitários.

Serão discutidas as políticas sanitárias do Estado com a presença de Antônio Leonel Poloni, assessor da FAEP e coordenadores de programas oficiais do Defis e Emater. Lideranças locais e secretários municipais de agricultura também apresentarão experiências da atuação dos CSAs. Os encontros foram iniciados na sexta-feira (1), em Pato Branco. Prosseguem dia 24/6 em Tapejara – no Clube do Idoso; 1º/7 em Francisco Beltrão durante a Via Tecnológica e no dia 7/7 – Campo Mourão – durante a Festa do Carneiro no Buraco.

Fernando Santos

Semana Nacional de Orgânicos

Entre os dias 2, 3, 4 e 5 de junho aconteceu em Curitiba a Semana Nacional do Orgânico. Neste ano o evento foi voltado à geração do futuro: as crianças. Mais de seiscentos estudantes de escolas municipais participaram da semana com exposições, degustações e minicursos de culinária. Além destas atividades, as crianças assistiram a uma peça de teatro sobre os conceitos da alimentação saudável. A peça foi realizada através de uma parceria entre a FAEP e a Secretaria Municipal do Abastecimento. "A peça mostra que é possível plantar sem o uso de venenos. Sem contar que as crianças criam uma relação muito forte com os personagens", avaliou a coordenadora de projetos da secretaria, Roseleine Pzzeghllo.

EXPEDIENTE

FAEP
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente
Ágide Meneguette

Vice-Presidentes
Moacir Micheletto, Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Polo e Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários
Livaldo Gemin e Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros
João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal
Sebastião Olimpio Santaroza, Luiz de Oliveira Netto e Lauro Lopes

Delegados Representantes
Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR PARANÁ

SENAR - Administração Regional do Estado do PR
Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo
Presidente: Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos:
Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal:
Sebastião Olimpio Santaroza, Luiz de Oliveira Netto e Jairo Correa de Almeida

Superintendência:
Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Coordenação de Comunicação Social:
Cynthia Calderon

Redação:
Christiane Kremer, Hemely Cardoso, Katia Santos

Diagramação e Projeto Gráfico:
Alexandre Prado

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR.

Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Seminário
O futuro do trigo

Venha saber mais sobre qualidade, classificação, variedades e as tendências do mercado de trigo

Programação:

"Parâmetros que determinam a qualidade em cultivares de trigo"
Eng. Agrônomo, D.S., Francisco de Assis Franco
Gerente de programa de pesquisa de trigo
Coodetec

"Tendências do mercado de trigo"
Eng. Agrônomo Robson Mafioletti - Sistema OCEPAR

"A nova classificação do trigo"
Economista Pedro Loyola - Sistema FAEP

Promoção

SISTEMA FAEP

SENAR PARANÁ · FAEP · SENAR PARANÁ

Sistema Ocepar

Locais, datas e horários dos seminários:

Ponta Grossa
Dia: 29/06 (quarta-feira) 09h30 - 12h00
Local: Salão da Associação Recreativa Coopagrícola
Endereço: Rua Arno Wolf, 100 Santa Tereza

Pato Branco
Dia: 30/06 (quinta-feira) 09h30 - 12h
Local: Centro Regional de Eventos Parque De Exposições
Endereço: Rua Benjamim B. dos Santos, 111 - Fraron

Guarapuava
Dia: 29/06 (quarta-feira) 19h - 21h30
Local: Anfiteatro do Sind. Rural
Endereço: Rua Afonso Botelho, 58 Trianon

São João
Dia: 30/06 (quinta-feira) 15h - 17h30
Local: Auditório da Sicredi Iguaçu
Endereço: Rua São Francisco, nº 583 Centro

Endereço para devolução:
Federeção da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

- ☐ Mudou-se
- ☐ Falecido
- ☐ Desconhecido
- ☐ Ausente
- ☐ Recusado
- ☐ Não procurado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o nº indicado
- ☐ Informação dade pelo porteiro ou sindico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável